



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
CNPJ/MF 80.622.319/0001-98
e-mail: prefeitura@serraaltasc.gov.br
www.serraalta.sc.gov.br

DECRETO Nº 148/2014, de 05 de setembro de 2014.

“DISPÕE SOBRE COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO E REAVALIAÇÃO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC e dá outras providências.”

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, que lhe são atribuídas no Art. 40 da Lei Orgânica do Município,

Considerando o Decreto Municipal nº 147/2014, de 05 de setembro de 2014 que estabelece, para os órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta, a obrigatoriedade de realizarem a avaliação, reavaliação, a redução ao valor recuperável, a depreciação, a amortização e a exaustão dos bens do ativo sob sua responsabilidade,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão Especial de Acompanhamento de procedimentos administrativos para levantamento físico, financeiro, avaliação, reavaliação e de redução ao valor recuperável de todos os bens móveis e imóveis dos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, cuja finalidade é a perfeita compatibilização entre o registrado e o existente, bem como sua utilização e o estado de conservação.

Art. 2º A comissão é composta pelos seguintes membros:

Presidente: CÉSAR SPEROTO

Secretário: PEDRO ANTÔNIO MENEGAT

Membro: ADERNANDA PAULA DOS SANTOS

§ 1º Compete à comissão prevista no *caput* elaborar os laudos técnicos de reavaliação ou redução ao valor recuperável, conforme Decreto Municipal nº. 147/2014, Instrução Normativa – Controladoria nº. 001/2014 e Instrução Normativa – Controladoria nº. 002/2014, onde deve conter, ao menos, as seguintes informações:

I - descrição detalhada de cada bem e/ou lote de bens avaliado e da correspondente documentação e o código do cadastro no Sistema de Patrimônio;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
CNPJ/MF 80.622.319/0001-98
e-mail: prefeitura@serraaltasc.gov.br
www.serraalta.sc.gov.br

II - critérios utilizados para a avaliação e sua respectiva fundamentação técnica, inclusive elementos de comparação adotados;

III - vida útil remanescente do bem;

IV - o valor residual, se houver; e

V - data de avaliação.

§ 2º A comissão deverá encaminhar ao Setor de Patrimônio do Município o laudo técnico dos bens móveis e imóveis.

§ 3º A comissão poderá solicitar, para atender as necessidades técnicas de reavaliação, documentos e/ou a designação de profissional qualificado para emissão de Laudo Técnico.

§ 4º Poderá ser solicitada ao Contador do Município orientação quanto aos aspectos contábeis relacionados aos trabalhos da comissão de que trata o *caput*.

Art. 3º Os membros da comissão ora nomeados, não perceberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou gratificação pela respectiva nomeação, eis que prestarão serviço relevante ao Município.

Art. 4º As despesas decorrentes deste decreto, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 05 de setembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário Municipal de Administração